

Governo obtém superávit de R\$ 3,7 bilhões

■ Conta do governo central em março indica que meta será cumprida

RODRIGO AMORIM

BRASÍLIA - As contas do governo central fecharam em superávit primário (receitas menos despesas, excluindo os gastos com juros da dívida pública) de R\$ 3,7 bilhões em março. O conceito de governo central inclui o Tesouro Nacional, o Banco Central e a Previdência Social. No primeiro trimestre do ano, o superávit chegou a R\$ 7 bilhões, o equivalente a 2,42% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O número é um pouco inferior ao resultado do ano passado, quando o superávit primário representou 2,82% do PIB.

A razão disso foi a queda das receitas do governo, justamente de 0,4% do PIB, devido à redução da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e ao recolhimento de R\$ 1,4 bilhão em depósitos judiciais em março do ano passado, que não se repetiu este ano. As despesas continuaram no mesmo patamar. No resultado discriminado, o Tesouro Nacional economizou R\$ 4,5 bilhões, mas a Previdência Social e o Banco Central, apresentaram, respectivamente, um prejuízo de R\$ 800,6 milhões e R\$ 43,3 milhões.

Estabilização - Entretanto, como proporção do PIB, o buraco da Previdência não cresceu em relação ao ano passado. No primeiro trimestre, o déficit do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ficou em 0,7% do PIB, igual ao registrado nos primeiros três meses de 2000. O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, afirmou que o aumento do mercado de trabalho formal, a queda no crescimento das concessões de be-

nefícios e a recuperação de créditos foram os elementos responsáveis pela estabilização do déficit da Previdência Social.

Para o secretário do Tesouro, o resultado acumulado até agora indica que a meta fiscal para os primeiros quatro meses do ano será cumprida. No Orçamento da União para 2001 e segundo o acordo acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a meta de superávit primário prevista para o primeiro quadrimestre é de R\$ 11 bilhões.

Crise - Já a evolução da dívida pública ficou um pouco aquém do que esperava o Tesouro no primeiro trimestre. Ao final de março, a dívida estava em R\$ 536,5 bilhões, enquanto o governo esperava um redução maior, para R\$ 533,7 bilhões. A dificuldade se deu à piora do cenário econômico interno e externo e à instabilidade do mercado financeiro, que levou o Tesouro a cancelar três leilões da dívida pública nas últimas semanas. A principal fonte de instabilidade esteve relacionada à crise argentina, que resultou na nomeação de Domingo Cavallo como ministro da Economia. A Lei de Competitividade afetou os acordos do Mercosul e aumentou a insegurança dos investidores.

Além disso, o aumento dos juros está encarecendo o custo da dívida pública para o governo. Pelos cálculos de Fábio Barbosa, se o Banco Central mantiver a alta dos 1 ponto percentual efetuadas nos juros básicos da economia nas duas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), em doze meses o gasto extra do Tesouro Nacional crescerá em R\$ 2 bilhões.